

***NÍVEL SUPERIOR
ARQUITETO*****INSTRUÇÕES**

- O candidato receberá do fiscal:
 - Um **caderno de prova** contendo 30 (trinta) questões de múltipla escolha.
 - Uma **folha de respostas** personalizada para a Prova Objetiva;
- Ao ser autorizado, verifique no **caderno de prova** se a numeração das questões e a paginação estão corretas.
- Você dispõe de 4 (quatro) horas para fazer a Prova. Faça-a com tranquilidade, mas **controle o seu tempo**. Esse tempo inclui a marcação da **folha de respostas** (Prova Objetiva).
- Somente após decorridas **3h30min (três horas e trinta minutos)** do início da prova, será permitido levar o **caderno de prova**.
- Após o término da prova, o candidato deverá entregar, obrigatoriamente, ao fiscal a **folha de respostas**. Somente esta deve ser **assinada**.
- Os dois últimos candidatos de cada sala só poderão ser liberados juntos.
- Se você precisar de algum esclarecimento, fale com o fiscal ou solicite a presença do **responsável pelo local**.
- Verifique se seus dados estão corretos na **folha de respostas**. Em caso de erro, solicite ao fiscal que efetue as correções na Ata da Prova.
- Assine seu nome no local indicado na **folha de respostas**.
- Leia atentamente cada questão e assinale na **folha de respostas** a alternativa que mais adequadamente a responde.
- A **folha de respostas NÃO** pode ser dobrada, amassada, manchada ou conter qualquer registro fora dos locais destinados às respostas, sob pena de anulação da prova objetiva.
- Em hipótese alguma haverá substituição da folha de respostas por erro do candidato.
- A maneira correta de assinalar a alternativa na **folha de respostas** é cobrindo, completamente, todo o espaço correspondente, conforme o exemplo a seguir:



ATENÇÃO: Formas de marcação diferentes da que foi determinada implicarão na rejeição da **folha de respostas** pela leitora óptica.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES	DATA/PERÍODO	LOCAL
Divulgação do Gabarito Preliminar	21.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Interposição de recursos ao Gabarito Preliminar	22 e 23.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Divulgação do resultado dos recursos ao Gabarito Preliminar	29.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Divulgação do Gabarito Oficial	30.05.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)
Divulgação da Lista Preliminar da Pontuação da Prova Objetiva	11.06.2012	Na internet (www.ajuri.org.br/concursos)

Conhecimentos Gerais

Questões: 1 a 10

Leia o poema de Paulo Leminski e responda às questões 1, 2, 3:



O BICHO ALFABETO

o bicho alfabeto
tem vinte e três patas
ou quase

por onde ele passa
nascem palavras e frases

com frases
se fazem asas
palavras
o vento leve

o bicho alfabeto passa
fica o que não se escreve

1. Assinale a alternativa que apresenta o sentido dos versos: “por onde ele passa / nascem palavras e frases”:

- (a) representam uma nova forma de se escrever dando vida à palavra bicho;
- (b) simbolizam a construção das ideias a partir de palavras e frases que possibilitam o ato da comunicação escrita;
- (c) configuram um aglomerado de palavras soltas e sem argumentação científica;
- (d) representam a escrita das pessoas que não têm muito estudo.

2. De acordo com o texto, o que se entende pelos versos: “com frases / se fazem asas / palavras”:

- (a) o emprego da palavra asas está inadequado, porque o alfabeto não é bicho, ou seja, não é animal irracional;
- (b) na escrita, podemos soltar a imaginação quando usamos palavras e frases;
- (c) só há comunicação quando as palavras se prendem a um só sentido;
- (d) na escrita, o que vale é a regra gramatical, a imaginação é instrumento essencial somente na criação artística.

3. Considerando a figura e a Nova Reforma Ortográfica, assinale a sentença falsa:

- (a) o substantivo asas nos permite pensar que as palavras voam, ganham autonomia, invadem nossa imaginação;
- (b) as letras K, W e Y foram oficialmente acrescentadas em nosso alfabeto;
- (c) nosso alfabeto continua com vinte três letras, como disse Leminski: “com vinte e três patas”;
- (d) o ato da escrita é alimentado pela imaginação.

4. De acordo com a Reforma Ortográfica, marque a única alternativa em que todas as palavras estão escritas corretamente:

- (a) Sejam todos bem-vindos a nossa casa.
- (b) O engenheiro da EMHUR não aprovou a infra-estrutura do prédio.
- (c) A Prefeitura de Boa Vista promoverá um curso semiintegral para os funcionários da EMHUR.
- (d) Todo motorista de lotação, provavelmente, tenha passado por uma auto-escola para conhecer as leis de trânsito.

5. Assinale a alternativa em que a frase apresenta pontuação correta.

- (a) Aquele candidato, chegou atrasado para fazer, a prova do concurso.
- (b) Seria bom, que todos os funcionários conhecessem seus direitos e, também, fizessem: uso, dos seus deveres.
- (c) Foi divulgada, a lista de convocação dos primeiros, candidatos, classificados, para contratação: imediata.
- (d) Em Boa Vista, há motoristas de táxi lotação que não respeitam a lei de trânsito e provocam acidentes.

6. Assinale a alternativa em que a análise morfológica de palavra retirada do poema está incorreta:

- (a) ou – preposição;
- (b) alfabeto – substantivo;
- (c) por – preposição;
- (d) fazem – verbo.

7. Analise as proposições abaixo sobre as emendas da Constituição Federal do Brasil e assinale a alternativa correta:

- I. a Constituição não poderá ser emendada na vigência de intervenção federal, de estado de defesa, de estado de calamidade pública ou de estado de sítio;
- II. não será objeto de deliberação a proposta de emenda tendente a abolir a forma federativa de Estado, o voto direto, secreto, universal e periódico, a separação dos Poderes, os direitos e garantias individuais.

- (a) I e II estão certas;
- (b) I e II estão erradas;
- (c) I está certa e II está errada;
- (d) I está errada e II está certa.

8. Assinale a alternativa incorreta no que se refere à classificação dos atos administrativos:

- (a) quanto aos destinatários, os atos administrativos podem ser gerais, aplicáveis a um número indeterminado de sujeitos, e individuais, de aplicação restrita a sujeitos determinados.
- (b) quanto ao conteúdo, os atos administrativos podem ser normativos – aqueles que realizam uma hipótese de incidência ou decidem um caso concreto, e não normativos – destinados a complementar um mandamento legal, como por exemplo, o regulamento;
- (c) quanto ao âmbito de aplicação, os atos podem ser internos ou externos;
- (d) quanto aos efeitos, os atos administrativos são declaratórios – que se prestam a constatar a existência de eventos necessários à produção de um efeito jurídico, e constitutivos, necessários à produção de um determinado efeito jurídico, como a extinção ou modificação de um direito.

9. Sobre navegadores WEB, analise a imagem de uma página de internet, a seguir, e assinale a alternativa incorreta:



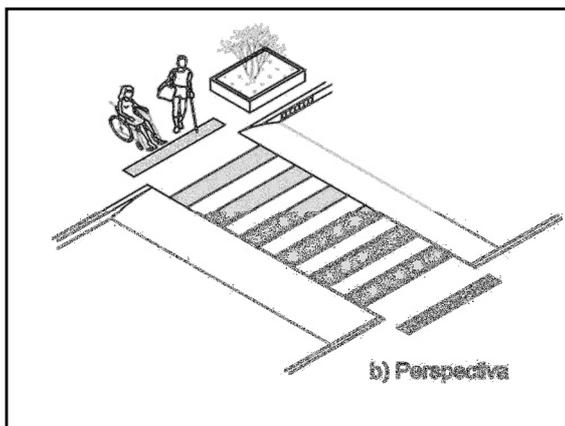
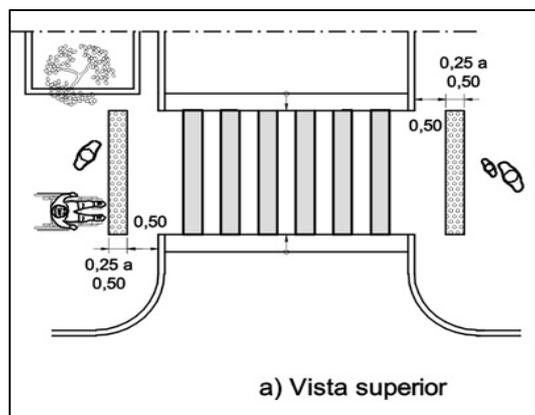
- (a) ao pressionar as teclas *Ctrl+D* simultaneamente será aberto uma caixa de diálogo para adicionar o site aos favoritos;
- (b) ao pressionar as teclas *Ctrl+P* simultaneamente será aberto a caixa de diálogo para impressão da página atual;
- (c) ao pressionar as teclas *Ctrl+T* simultaneamente todo o conteúdo da tela será selecionado;
- (d) ao pressionar as teclas *Ctrl+H* simultaneamente será exibido o histórico de páginas visitadas no navegador.

10. Sobre os tipos de licença de softwares, assinale a alternativa incorreta:

- (a) Freeware é a licença aplicada a programas gratuitos sem qualquer limitação ou cobrança posterior;
- (b) Shareware é a licença aplicada a programas que apresentam algum tipo de limitação, seja ele de tempo ou recursos;
- (c) Todo software sob a licença freeware é considerado software livre;
- (d) Open Source ou Software Livre se refere à liberdade dos usuários executarem, copiarem, distribuírem, estudarem, modificarem e aperfeiçoarem o software.

Prova de Conhecimento Específico
Cargo: Arquiteto
Questões: 11 a 30

11. A figura abaixo mostra a faixa elevada representada na NBR 9050, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, cujo dimensionamento é feito da mesma forma que a faixa de travessia para pedestre, devendo ser considerável o espaço necessário para a rampa de transposição para os veículos, sobre a faixa elevada. Assinale a alternativa que não corresponde às situações recomendadas para a utilização da faixa elevada:



Imagens: Sinalização de alerta nos rebaixamentos das calçadas
 Fonte: ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

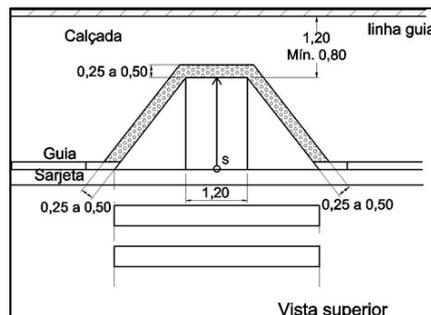
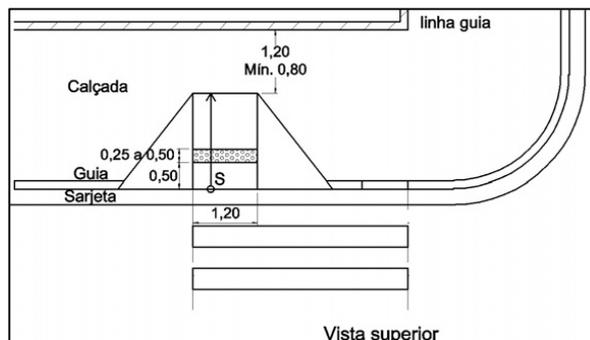
- (a) em travessias com fluxo de pedestres superior a 500 pedestres/hora e fluxo de veículos inferior a 100 veículos/hora;
- (b) a faixa elevada pode estar localizada nas esquinas ou no meio de quadras;

- (c) em travessias com fluxo de pedestres superior a 1000 pedestres/hora e fluxo de veículos inferior a 100 veículos/hora;
- (d) a faixa elevada, quando instalada no leito carroçável, deve ser sinalizada com faixa de travessia de pedestres, e, deve ter declividade transversal de no máximo 3%.

12. Sobre a sinalização tátil direcional, prevista na NBR 9050, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, é incorreto afirmar que:

- (a) deve ter textura com seção trapezoidal, qualquer que seja o piso adjacente;
- (b) deve ser instalada no sentido do deslocamento;
- (c) a sinalização tátil direcional deve ser utilizada em áreas de circulação na ausência ou interrupção da guia de balizamento, indicando o caminho a ser percorrido e em espaços amplos;
- (d) deve ter largura entre 70 cm a 100 cm.

13. Assinale a alternativa correta, segundo a NBR 9050, que dispõe sobre acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, no que se refere à sinalização tátil de alerta que deve ser instalada, perpendicularmente, ao sentido de deslocamento:



Imagens: Sinalização de alerta nos rebaixamentos das calçadas
 Fonte: ABNT NBR 9050 – Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos

- (a) nos rebaixamentos de calçadas, a sinalização tátil deverá ser em cor e textura igual a do piso;
- (b) no início e término de escadas fixas, escadas rolantes e rampas, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,70 m a 1,00 m, afastada de 0,35m, no máximo, do ponto onde ocorre a mudança do plano;
- (c) obstáculos suspensos entre 0,60 m e 2,10 m de altura do piso acabado, que tenham o volume maior na parte superior do que na base, devem ser sinalizados com piso tátil de alerta. A superfície a ser sinalizada deve exceder em 0,60 m a projeção do obstáculo, em toda a superfície ou somente no perímetro desta;
- (d) junto às portas dos elevadores, em cor contrastante com a do piso, com largura entre 0,70 m a 1,10 m, afastada de 0,50 m no máximo da alvenaria.

14. Sobre a acessibilidade nos edifícios públicos ou de uso coletivo, na construção, ampliação ou reforma de edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, e segundo a Lei nº 10.098/2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, deverão ser observados, pelo menos, os seguintes requisitos de acessibilidade abaixo, exceto:

- (a) pelo menos um dos acessos ao interior da edificação deverá estar livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade de pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- (b) nas áreas externas ou internas da edificação, destinadas à garagem e ao estacionamento de uso público, deverão ser reservadas vagas próximas dos acessos de circulação de pedestres, devidamente, sinalizadas para veículos que transportem pessoas portadoras de deficiência com dificuldade de locomoção permanente;
- (c) os edifícios poderão ou não ter um banheiro acessível, distribuindo-se seus equipamentos e acessórios de maneira aleatória, sem prejuízo a pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida;
- (d) pelo menos um dos itinerários que comuniquem horizontal e verticalmente, todas as dependências e serviços do edifício, entre si e com o exterior, deverá cumprir os requisitos de acessibilidade de que trata esta Lei Nº 10.098.

15. A NBR 9050, que trata da acessibilidade na habitação de interesse social, estabelece que deverão ser promovidas ações para assegurar as condições de acessibilidade nos empreendimentos habitacionais. Dentre as alternativas abaixo, qual não cumpre tal condição:

- (a) definição de projetos e adoção de tipologias construtivas com barreiras arquitetônicas e urbanísticas
- (b) no caso de edificação multifamiliar, execução das unidades habitacionais acessíveis no piso térreo e acessíveis ou adaptáveis quando nos demais pisos
- (c) execução das partes de uso comum, quando se tratar de edificação multifamiliar, conforme as normas técnicas de acessibilidade da ABNT
- (d) elaboração de especificações técnicas de projeto que facilite a instalação de elevador adaptado para uso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

A atual Política Nacional de Mobilidade Urbana apresenta macro objetivos relacionados ao desenvolvimento urbano, à sustentabilidade ambiental e à inclusão social. Pode ser definida como o resultado de um conjunto de políticas de transporte e circulação que visa proporcionar o acesso amplo e democrático ao espaço urbano, com caráter socialmente inclusivo e ecologicamente sustentável.

Considere a Lei de Mobilidade Urbana, n.º 12.578, de 03 de janeiro de 2012, que institui as diretrizes da Política Nacional de Mobilidade Urbana, para responder às questões 16, 17, 18 e 19:

16. A sistemática de avaliação, revisão e atualização periódica do Plano de Mobilidade Urbana não deve ser superior a:

- (a) 5 anos;
- (b) 10 anos;
- (c) 3 anos;
- (d) 7 anos.

17. Não consiste em uma diretriz da Política Nacional de Mobilidade Urbana:

- (a) integração com a política de desenvolvimento urbano e respectivas políticas setoriais de habitação, saneamento básico, planejamento e gestão do uso do solo no âmbito dos entes federativos;
- (b) integração entre os modos e serviços de transporte urbano;
- (c) mitigação dos custos ambientais, sociais e econômicos dos deslocamentos de pessoas e cargas, na cidade, com incentivo ao desenvolvimento científico-tecnológico e ao uso de energias renováveis e menos poluentes;
- (d) prioridade dos modos de transporte motorizados sobre os não motorizados e dos serviços de transporte individual motorizado sobre o transporte público coletivo.

18. Sobre a elaboração do Plano de Mobilidade Urbana enquanto instrumento de efetivação da Política Nacional de Mobilidade Urbana não é correto afirmar:

- (a) em Municípios acima de 20.000 (vinte mil) habitantes e em todos os demais obrigados, na forma da lei, a elaboração do plano diretor, deverá ser elaborado o Plano de Mobilidade Urbana, integrado e compatível com os respectivos planos diretores ou neles inseridos;
- (b) os municípios que não tenham elaborado o Plano de Mobilidade Urbana da data de promulgação da Lei n.º 12.578/12 terão o prazo máximo de 5 (cinco) anos de sua vigência para elaborá-lo. Findo o prazo, ficam impedidos de receber recursos orçamentários federais destinados à mobilidade urbana até que atendam à exigência da Lei;
- (c) nos Municípios sem sistema de transporte público coletivo ou individual, o Plano de Mobilidade Urbana deverá ter o foco no transporte não motorizado; e no planejamento da infraestrutura urbana destinada aos deslocamentos a pé e por bicicleta, de acordo com a legislação vigente;
- (d) o Plano de Mobilidade Urbana deverá ser integrado ao plano diretor municipal, existente ou em elaboração, no prazo máximo de 3 (três) anos da vigência da Lei n.º 12.578/12.

19. Na Política Nacional de Mobilidade Urbana, instituída pela Lei de Mobilidade Urbana não constitui uma atribuição dos Municípios:

- (a) planejar, executar e avaliar a política de mobilidade urbana, bem como promover a regulamentação dos serviços de transporte urbano;
- (b) prestar, direta, indiretamente ou por gestão associada, os serviços de transporte público coletivo urbano, que têm caráter essencial;
- (c) organizar e disponibilizar informações sobre o Sistema Nacional de Mobilidade Urbana e a qualidade e produtividade dos serviços de transporte público coletivo;
- (d) capacitar pessoas e desenvolver as instituições vinculadas à política de mobilidade urbana do Município.

A Lei no 10.257/2001, denominada Estatuto da Cidade, regulamenta os arts. 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 e estabelece diretrizes gerais da política urbana no Brasil. Com base na referida lei, responda às questões 20 e 21:

20. No capítulo I, o Estatuto da Cidade estabelece os parâmetros que devem orientar a construção da política urbana, em todas as instâncias do poder público. Entre as alternativas abaixo, qual não corresponde às diretrizes gerais estabelecidas:

- (a) tendo em vista o desenvolvimento socioeconômico do Município, a desassociação e não complementaridade entre as atividades urbanas e rurais;
- (b) garantia do direito a cidades sustentáveis, entendido como o direito à terra urbana, à moradia, ao saneamento ambiental, à infraestrutura urbana, ao transporte e aos serviços públicos, ao trabalho e ao lazer, para as presentes e futuras gerações;
- (c) gestão democrática por meio da participação da população e de associações representativas dos vários segmentos da comunidade na formulação, execução e acompanhamento de planos, programas e projetos de desenvolvimento urbano;
- (d) proteção, preservação e recuperação do meio ambiente natural e construído, do patrimônio cultural, histórico, artístico, paisagístico e arqueológico.

21. Constituem-se instrumentos da Política Urbana no âmbito do planejamento municipal, exceto:

- (a) plano diretor e planos, programas e projetos setoriais;
- (b) planos nacionais, regionais e estaduais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social;
- (c) disciplina do parcelamento, do uso e da ocupação do solo, zoneamento ambiental;
- (d) plano plurianual, diretrizes orçamentárias e orçamento anual e gestão orçamentária participativa.

22. Considerando a morfologia urbana como o estudo da forma do meio urbano nas suas partes físicas exteriores, ou elementos morfológicos, na sua produção e transformação no tempo, são considerados elementos morfológicos do espaço urbano:

- (a) somente o traçado da rua, o quarteirão e o lote;
- (b) somente a praça, o mobiliário urbano, as árvores e a vegetação;
- (c) somente o solo, o traçado da rua, o quarteirão e os edifícios;
- (d) o solo, os edifícios, o lote, o quarteirão, a fachada, o logradouro, o traçado da rua, a praça, o monumento, o mobiliário urbano, as árvores e a vegetação.

23. Analise as seguintes proposições:

- I. _____ é o procedimento administrativo pelo qual o órgão ambiental competente licencia a localização, instalação, ampliação e a operação de empreendimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, consideradas efetivas ou, potencialmente, poluidoras ou daquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental, considerando as disposições legais e regulamentares e as normas técnicas aplicáveis ao caso;
- II. _____ é o ato administrativo pelo qual o órgão ambiental competente, estabelece as condições, restrições e medidas de controle ambiental que deverão ser obedecidas pelo empreendedor, pessoa física ou jurídica, para localizar, instalar, ampliar e operar empreendimentos ou atividades utilizadoras dos recursos ambientais consideradas efetiva ou

potencialmente poluidoras ou aquelas que, sob qualquer forma, possam causar degradação ambiental;

- III. _____ são todos e quaisquer estudos relativos aos aspectos ambientais relacionados à localização, à instalação, à operação e à ampliação de uma atividade ou empreendimento, apresentado como subsídio para a análise da licença requerida, tais como: relatório ambiental, plano e projeto de controle ambiental, relatório ambiental preliminar, diagnóstico ambiental, plano de manejo, plano de recuperação de área degradada e análise preliminar de risco;
- IV. _____ é todo e qualquer impacto ambiental que afete, diretamente, (área de influência direta do projeto), no todo ou em parte, o território de dois ou mais Estados.

A sequência correta para a relação entre as definições é:

- (a) Licenciamento Ambiental – Licença Ambiental – Estudos Ambientais – Impacto Ambiental Regional;
- (b) Licença Ambiental – Licenciamento Ambiental – Estudos Ambientais – Impacto Ambiental Regional;
- (c) Licença Ambiental – Licenciamento Ambiental – Impacto Ambiental Regional – Estudos Ambientais;
- (d) Estudos Ambientais – Licença Ambiental – Licenciamento Ambiental – Impacto Ambiental Regional.

24. Sobre a Lei n.º 11.124/2005, que institui o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SHIS - é correto afirmar:

- (a) cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – e institui o Conselho Gestor do FNHIS;
- (b) estabelece que os municípios que pretendem ampliar o perímetro urbano devem elaborar projeto específico, que contenha a previsão de áreas para habitação de interesse social, por meio da demarcação de zonas especiais de interesse social;
- (c) estabelece em seu Capítulo II, como instrumento da política urbana, enquanto instituto jurídico e político, a instituição de zonas especiais de interesse social;

(d) estabelece em seu Capítulo II, como instrumento da política urbana, enquanto instituto jurídico e político, o direito de preempção.

25. O Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SHIS – instituído pela Lei n.º 11.124/2005, segue os seguintes princípios, exceto:

- (a) da gestão democrática e participativa, que busca compatibilizar e integrar as políticas habitacionais federal, estadual, do Distrito Federal e municipal, bem como das demais políticas setoriais de desenvolvimento urbano, ambientais e de inclusão social;
- (b) da moradia digna como direito e vetor de inclusão social, da democratização, descentralização, controle social e transparência dos procedimentos decisórios;
- (c) da função social da propriedade urbana visando a garantir atuação direcionada a coibir a especulação imobiliária e permitir o acesso à terra urbana e ao pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e da propriedade;
- (d) da gestão centralizada, cabendo exclusivamente ao Governo Federal todas as ações de promoção de acesso à moradia.

26. Sobre as aplicações dos recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – previsto na Lei n.º 11.124/2005, não é correto afirmar que:

- (a) as aplicações dos recursos do FNHIS podem contemplar ações de aquisição, construção, conclusão, melhoria, reforma, locação social e arrendamento de unidades habitacionais em áreas urbanas e rurais, assim como a produção de lotes urbanizados para fins habitacionais;
- (b) as aplicações dos recursos do FNHIS não admitem a aquisição de terrenos vinculada à implantação de projetos habitacionais;
- (c) as aplicações dos recursos do FNHIS podem contemplar ações de urbanização, produção de equipamentos comunitários, regularização fundiária e urbanística caracterizadas de interesse social e implantação de saneamento básico, infraestrutura e equipamentos urbanos, complementares a programas habitacionais de interesse social;
- (d) as aplicações dos recursos do FNHIS podem contemplar ações de aquisição de materiais para construção, ampliação e reforma de moradias e recuperação ou produção de imóveis em áreas

encortçadas ou deterioradas, centrais ou periféricas, para fins habitacionais de interesse social.

27. Os recursos do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS – serão aplicados de forma descentralizada, por intermédio dos Estados, Distrito Federal e Municípios, que para tal deverão:

- (a) somente constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de Habitação Interesse Social e receber os recursos do FNHIS;
- (b) apresentar somente o Plano Habitacional de Interesse Social;
- (c) apenas firmar o termo de adesão ao SNHIS e elaborar relatórios de gestão;
- (d) constituir fundo, com dotação orçamentária própria, destinado a implementar Política de habitação Interesse Social e receber os recursos do FNHIS; constituir conselho que contemple a participação de entidades públicas e privadas, bem como de segmentos da sociedade ligados à área de habitação; apresentar Plano Habitacional de Interesse Social; e firmar termo de adesão ao SNHIS e elaborar relatórios de gestão.

Considerando o tombamento como um ato administrativo realizado pelo Poder Público, nos níveis federal, estadual e/ou municipal, com o objetivo de preservar bens de valor histórico, cultural, arquitetônico, ambiental e também de valor afetivo para a população, impedindo a destruição e/ou descaracterização de tais bens, móveis e imóveis, de interesse cultural ou ambiental, responda às questões 28 e 29:

28. Tendo como referência as imagens dos edifícios abaixo, localizados na cidade de Boa Vista, marque entre as alternativas apresentadas quais os edifícios são tombados pelas esferas Municipal e Estadual, simultaneamente:



Imagem01

Catedral Cristo Redentor



Imagem02

Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo



Imagem03

Edifício do Tribunal de Justiça

- (a) Catedral Cristo Redentor e Edifício do Tribunal de Justiça;
- (b) Igreja Matriz Nossa Senhora do Carmo e Edifício do Tribunal de Justiça;
- (c) Catedral Cristo Redentor e Igreja Nossa Senhora do Carmo;
- (d) Edifício do Tribunal de Justiça.

29. Entre as alternativas abaixo, qual edifício não é tombado pela Prefeitura Municipal de Boa Vista:

- (a) Edifício da Secretária de Educação do Estado de Roraima (praça do Centro Cívico, nº 471 - Centro);
- (b) Colégio Euclides da Cunha (confluência das ruas Inácio Magalhães e Bento Brasil- Centro);
- (c) Casa das 12 Portas (avenida Jaime Brasil, nº 115 - Centro);
- (d) Antiga Bandeirante (avenida Jaime Brasil, nº 71 - Centro).

30.



O plano urbanístico de Boa Vista de 1944, é caracterizado por círculos concêntricos com avenidas radiais e com um centro cívico central, no qual convergem as principais avenidas, onde estão localizados os principais edifícios administrativos e públicos da cidade. Entre, as alternativas abaixo, assinale aquela que apresenta as demais cidades brasileiras que configuram o cenário urbanístico com a mesma natureza de intervenção, caracterizada como **Plano Urbanístico Radial Concêntrico**, e ocorrida no século XX:

- (a) Palmas e Manaus;
- (b) Belo Horizonte e Goiânia;
- (c) Palmas e Belo Horizonte;
- (d) Goiânia e Brasília.